DESIGUALDADES DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA ENTRE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINA GRANDE-PB

CLASS, GENDER, AND RACIAL INEQUALITIES AMONG DOMESTIC WORKERS IN CAMPINA GRANDE, PARAÍBA

Roseli de Fátima Corteletti[1]

Jaqueline Michele França Martins[2]

Ana Patrícia Sampaio de Almeida[3]

Alex Alves Campelo[4]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as desigualdades de classe, gênero e raça, bem como produzir conhecimentos relativos aos problemas concretos de uma parcela historicamente marginalizada da sociedade brasileira, dado que as trabalhadoras domésticas no Brasil são majoritariamente mulheres, negras e invisibilizadas em suas atividades produtivas e reprodutivas, e em suas demandas por reconhecimento institucional e social. No percurso metodológico houve a realização de uma pesquisa com aplicação de questionário virtual e entrevistas presenciais com um total de 28 participantes vinculadas à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande-PB. Como resultados do estudo, destacamos a intensificação das jornadas de trabalho, uma vez que essas mulheres necessitam conciliar o trabalho doméstico remunerado com o trabalho reprodutivo de cuidados com suas casas, filhos e demais familiares. Além disso, as condições de trabalho são marcadas por várias formas de violência, opressões e humilhações, bem como de incertezas e instabilidade financeira, características típicas do trabalho informal, precário e periférico.

Palavras-Chave: trabalho doméstico remunerado; precariedade; informalidade; desigualdades sociais; direitos.

ABSTRACT

This article aims to analyze class, gender, and race inequalities, as well as to produce knowledge related to the concrete problems of a historically marginalized segment of Brazilian society, given that domestic workers in Brazil are mostly women, black, and invisible in their productive and reproductive activities and in their demands for institutional and social recognition. The

[1] Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG).

[2] Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora substituta na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG) e ao Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC/UFPB).

[3] Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente é coordenadora do Programa Direitos e Igualdade de Gênero, Coordenadora de Programas do Centro de Ação Cultural (CENTRAC) e integra o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Políticas Públicas para as Mulheres do Campo da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (SEMDHPB).

[4] Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e membro do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG).

methodological approach involved conducting a survey using a virtual questionnaire and face-to-face interviews with a total of 28 participants linked to the Domestic Workers Association of Campina Grande-PB. As a result of the study, we highlight the intensification of working hours, since they need to reconcile paid domestic work with reproductive work of caring for their homes, children, and other family members. In addition, working conditions are marked by various forms of violence, oppression, and humiliation, as well as financial uncertainty and instability, typical characteristics of informal, precarious, and peripheral work.

Keywords: paid domestic work; precariousness; informality; social inequalities; rights.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca contribuir para o debate sobre as desigualdades de classe, gênero e raça no trabalho doméstico remunerado, buscando refletir sobre ações que possam viabilizar o acesso a políticas públicas para a conquista e o fortalecimento de direitos sociais, o desenvolvimento da cidadania e a dignidade humana entre trabalhadoras ligadas à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (ATDCG). A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2023, por meio da realização de entrevistas com 28 trabalhadoras domésticas remuneradas (mensalistas e diaristas) e vinculadas à ATDCG. Para este trabalho, focaremos a análise de variáveis como perfil das trabalhadoras domésticas, trajetórias ocupacionais, condições e ambiente de trabalho remunerado e acesso a políticas públicas.

A ATDCG foi fundada em 25 de maio de 1980, em um contexto histórico difícil, ainda bastante marcado pela ditadura militar no Brasil, e surgiu com o objetivo de promover a conscientização sobre a importância da organização da categoria para fortalecer as lutas por direitos sociais e trabalhistas e cidadania, bem como pela qualificação profissional das trabalhadoras. Com apoio de setores progressistas da Igreja Católica, as trabalhadoras passaram a se reunir e, ao longo dos anos 1980 e 1990, a atuar fortemente na construção de pautas necessárias à melhoria das condições de vida e trabalho da categoria, marcando essas pautas na Constituinte (entre 1987 e 1988) e em outros espaços para discutir os problemas específicos da categoria. Nos anos 2000, a Associação vivenciou uma crise relacionada ao envelhecimento/adoecimento de suas principais lideranças, o que fez com que essas lideranças buscassem apoio externo, firmando parceria com o Centro de Ação Cultural (Centrac). Com isso, segundo a coordenadora do Programa Direitos e Igualdade de Gênero,

> desde o ano de 2006 a Associação tem realizado ações para enfrentamento às várias violências que atingem as trabalhadoras domésticas desenvolvendo projetos de formação e informação, visando contribuir para o empoderamento e fortalecimento político das trabalhadoras domésticas para combater as opressões contra as mulheres e lutar pela equiparação de direitos com as demais categorias.

Com base nos relatos e na análise documental, observa-se que, desde sua fundação, a ATDCG promove ações de formação e informação, como oficinas, mobilizações, rodas de diálogo, cursos de qualificação profissional, palestras e orientações acerca das questões trabalhistas e previdenciárias, da invisibilidade do trabalho doméstico, da luta contra o trabalho infantil doméstico, dos direitos das mulheres, das ações de enfrentamento à violência contra a mulher, do tráfico de pessoas e dos direitos humanos, do racismo e do trabalho doméstico no Brasil, da efetivação da Convenção 189 da OIT e da LC 150, do direito à cidade, entre outras temáticas de interesse da categoria.

Em 2014, a Associação passou por mudanças estruturais e se voltou ao fortalecimento da luta sindical, juntando forças com o Sindicato da Categoria (Sintrader-PB), que também foi reestruturado e passou a representar a categoria em nível estadual. Com a assessoria do Centrac e o apoio financeiro de fundos nacionais e internacionais, a ATDCG tem desenvolvido vários projetos com o objetivo de conscientizar as mulheres trabalhadoras com relação aos direitos trabalhistas, bem como visa enfrentar a violência doméstica e outras formas de violência que as atingem no âmbito privado e no mundo do trabalho (violência institucional, assédio moral e sexual, violência física). Durante a pandemia de covid-19, houve intensa mobilização para atender as trabalhadoras fortemente impactadas pela crise sanitária, com ações emergenciais (distribuição de cestas básicas de alimentos e material de higiene e limpeza) e formações sobre direitos já conquistados e efetivação da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As ações de incidência nos espaços de decisão também estão em suas pautas. Segundo a coordenadora do Programa Direitos e Igualdade de Gênero,

> Junto com a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), a Associação tem realizado várias ações de incidência pela equiparação de direitos e campanhas de sensibilização e informação direcionadas às trabalhadoras domésticas e a sociedade civil em geral, como na aprovação da Emenda Constitucional 72/2013 e pela efetivação de sua regulamentação com a Lei Complementar nº 150/2015.

No contexto da pandemia da covid-19, a Associação participou ativamente das campanhas da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) relacionadas à situação dos direitos das trabalhadoras domésticas – "Cuida de quem te cuida" (2020) e "Essenciais são os nossos direitos" (2021) – e, em conjunto com o Sindicato Estadual, lançou, em 2022, a campanha "Trabalhadoras domésticas têm Direitos!" pela efetivação da Convenção 189 no Brasil e pela sindicalização da categoria.

Ainda quanto à sua incidência nos espaços de decisão, observa-se que, com a assessoria do Centrac, a Associação tem buscado intervir nas discussões sobre o orçamento público municipal, participando das audiências públicas do orçamento municipal na Câmara de Vereadores de Campina Grande e apresentando demandas de interesse da categoria. Também participou de versões municipais e estaduais das Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres (2011), da Conferência de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2019 e 2023) e da Conferência Popular pelo Direito às Cidades (2022).

De acordo com a atual coordenadora geral da ATDCG, as atividades e reuniões são realizadas mensalmente. Nas palavras da entrevistada:

> Todo mês a gente tem reunião. Eu sei que quando a gente tem alguma coisa que não dá para, para fazer naquela segunda, mas a gente já comunica num grupo específico que a gente tem para marcar a próxima. E temos reunião da direção. Conversamos mais pelo ZAP também. E trabalhando essas questões internas, a gente se encontra presencialmente para tomar algumas decisões. Mas a gente tem as nossas atividades, nossas formações, nossas rodas de conversa que a gente faz sempre aos domingos, né? Porque o tempo que as trabalhadoras têm o dia mais disponível pelas demandas, né? E aí a gente faz rodas, oficinas sobre os direitos trabalhistas, previdenciário, direito da mulher, direito da cidade, direito da criança, educação, lazer, alimentação, direito à alimentação. Então, tudo que existe de direito. Então, é a gente está trazendo essas pautas, esses temas para dentro da associação, para que, as nossas companheiras possam ter conhecimento do que de fato a gente tem direito e de como está indo buscar esses direitos. Com a assessoria jurídica que temos, com o apoio técnico e de orientações de centrais e de outras organizações também. E a gente tenta se ajeitar dessa forma (Coordenadora Geral da Associação das Trabalhadoras Domésticas, 2023).

Quando questionada sobre as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano da Associação, ela fez o seguinte relato:

> As dificuldades que a gente encontra é a questão na parte administrativa, na prestação de conta, de mexer no computador, de mexer em planilhas, essas coisas a gente sabe um pouquinho, mas tem uma grande dificuldade, né? Também na questão de relatórios das nossas atividades, aqueles relatórios grandão que eles pedem com algumas coisas a gente faz o básico, né? O mínimo sozinho, mas a gente sai pedindo ajuda, porque são coisas que é difícil, né? A parte bem acadêmica também para a gente dificulta, né? Porque a gente não tem essa parte, né? A gente tem a prática da realidade, do dia a dia, mas também a dificuldade de manter as próprias trabalhadoras, né? Para tá abrindo a associação, para tá dando plantão para fazer agendamento, essas coisas. Para esclarecer as dúvidas sobre os direitos e agendar, se for para encaminhar para o jurídico. Então são dificuldades, assim como também manter e pagar água, pagar a luz, pagar internet e ter um lanche para as meninas, ou às vezes as que ficam dias sem ter alguma coisa para comer ou pagar o próprio transporte delas irem e vir para casa, porque às vezes elas não têm faxina ou estão desempregadas. Algumas e dependem né, são as chefes da própria casa, né? E sim, são várias, né? Mas essa é uma dás. A gente queria também ter alguém que tivesse nos auxiliando na parte de assessoria de projeto também, fazer projeto, essas coisas, nos auxiliar na prestação de contas, assessoria no geral também, né? (Coordenadora Geral da Associação das Trabalhadoras Domésticas, 2023)

Com base no depoimento, observa-se que grandes são os desafios para a manutenção da ATDCG, sendo parte dessas dificuldades relacionada às noções de informática para trabalhar no computador e a outras atividades de maior complexidade, como elaboração de projetos, relatórios e análises de contratos, que requerem noções básicas de gestão administrativa. No entanto, apesar dessas dificuldades, a Associação vem se fortalecendo, resistindo e mostrando que essa prática é um grande desafio para sua manutenção, tanto em termos materiais quanto no desenvolvimento das ideias e projetos voltados a lutas políticas, pelos direitos trabalhistas e sociais, para o desenvolvimento da cidadania e uma vida com mais dignidade. Logo, todos esses esforços vêm gerando ações voltadas à superação de desigualdades, das diversas formas de violências e opressões de classe, gênero e raça e construção de uma sociedade baseada na justiça social.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos da pesquisa, inicialmente foram realizadas reuniões com a equipe do projeto para debater as perguntas do questionário a ser aplicado para as trabalhadoras domésticas. Esse questionário também foi enviado para a coordenadora geral da ATDCG, para que esta avaliasse e contribuísse com o roteiro, sendo suas sugestões incorporadas ao instrumento metodológico. Como o questionário ficou muito extenso, a equipe julgou mais adequado fazer o levantamento de dados em duas etapas. A primeira parte continha questões fechadas sobre o perfil, a situação domiciliar e de vida, as condições de trabalho remunerado e a vida social e política. Esta etapa foi realizada virtualmente, por meio de formulário do *Google Forms*, tendo um total de 23 respondentes.

A segunda etapa do levantamento de dados foi realizada de forma presencial e abordou questões abertas sobre a trajetória ocupacional, as condições de trabalho remunerado, a divisão do trabalho doméstico não remunerado e as percepções das trabalhadoras sobre a Associação. O início da coleta dos dados foi realizado em reunião com um grupo de seis trabalhadoras, ocorrida no dia 6 de setembro, às 10h, na ATDCG. Após uma roda de conversa com a apresentação da equipe e dos objetivos da pesquisa, foram realizadas as entrevistas individuais com quatro

trabalhadoras, sendo que duas optaram por responder diretamente no formulário, no mesmo momento.

Diante de dificuldades no agendamento com as trabalhadoras domésticas, em razão de suas extensas jornadas de trabalho, optamos por realizar a segunda etapa também no formato virtual, uma vez que todas tinham celular e poderiam responder ao questionário no horário em que lhes fosse mais conveniente. Sendo assim, as questões qualitativas da segunda etapa foram inseridas em formulário do *Google Forms*, que foi disponibilizado no grupo de trabalhadoras domésticas em aplicativo de mensagens por meio da interlocução da coordenadora da ATDCG, que também auxiliou aquelas trabalhadoras que tiveram dificuldade para responder ao questionário. Nesta etapa, obtiveram-se 28 respondentes. Salientamos que os depoimentos foram identificados com nomes de flores, como forma de preservar a identidade das participantes.

Após esse processo, a equipe se debruçou sobre as transcrições das entrevistas e a análise das informações obtidas para a construção do relatório que ora se apresenta. Além da introdução e das etapas metodológicas, elaboramos uma seção sobre o método de análise. Em seguida, apresentamos as análises dos resultados com o perfil das trabalhadoras, a trajetória ocupacional, as condições de trabalho, entre outras variáveis analisadas. Ao final, apresentam-se algumas considerações e as referências bibliográficas utilizadas.

3 MÉTODO DE ANÁLISE

Partimos da compreensão de que a dinâmica do modo capitalista de produção coloca a necessidade de alterações intensas nas relações de trabalho, na dinâmica da organização produtiva, bem como no setor de serviços. A afirmação de que o trabalho assume formas históricas já não é nenhuma novidade. Aqui faremos referência, em especial, a Karl Marx e Friedrich Engels, que, ao longo de diversos trabalhos, foram os que melhor analisaram as transformações dessa categoria, por meio do método do materialismo histórico-dialético. Este nos permite relacionar as questões pontuais das experiências concretas de vida laboral das trabalhadoras com um contexto mais amplo do capitalismo periférico, que tem um mercado de trabalho marcado pela informalidade e pela precariedade desde o início de sua formação.

Sendo assim, utilizando esse método desenvolvido por Marx e Engels para compreender a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista e de seu modo de produção, o materialismo histórico nos permite apreender os dados e os resultados da pesquisa, favorecendo uma leitura que aponte os fundamentos e as tendências atuais das relações de trabalho, tendo como foco uma região periférica. Portanto, o objeto em questão está sendo entendido como um processo que foi constantemente relacionado com aspectos sociais, históricos, econômicos e políticos presentes na realidade local atual, de um ponto de vista da totalidade, isto é, buscando relacionar as experiências vivenciadas pelas trabalhadoras como síntese de múltiplas determinações.

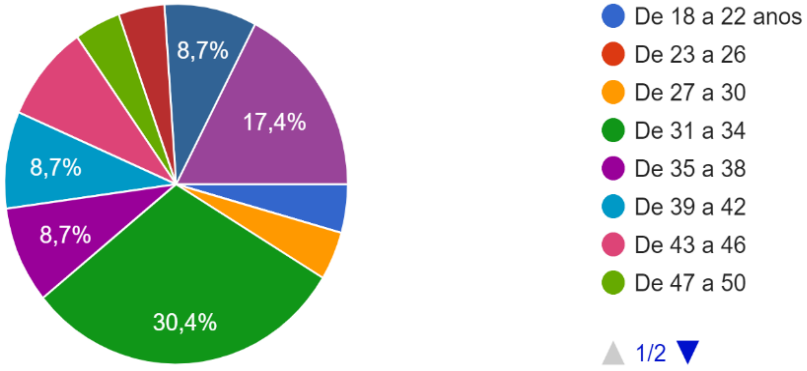
Estatisticamente, a pesquisa pode ser definida como amostra não aleatória. De acordo com o estatístico Barbetta (1994), as amostras não aleatórias são indicadas quando existem dificuldades de acesso à população total da categoria a ser pesquisada. Nas palavras do autor, "amostragens não aleatórias procuram gerar amostras que de alguma forma, representem razoavelmente bem a população de onde foram extraídas" (Barbetta, 1994, p. 54). Sendo assim, ressalta-se que a pesquisa não é representativa de toda a categoria de trabalhadoras domésticas que participam da Associação (em torno de 50 trabalhadoras), mas, sim, do grupo que se interessou em participar, o que garante a cientificidade dos resultados. Ressalta-se, ainda, que a abordagem dos resultados da pesquisa será eminentemente qualitativa.

4 AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS ENTREVISTADAS

Ao recebermos as respostas da primeira parte do questionário relacionadas aos perfis das participantes, verificamos que, no item sobre o endereço, as trabalhadoras responderam que residiam nos seguintes bairros de Campina Grande: Liberdade, Bodocongó, Três Irmãs, São José, entre outros, sendo que a maioria se encontra situada na periferia da cidade.

A idade das trabalhadoras respondentes variou entre 18 e 50 anos, sendo que a faixa etária dos 31 aos 34 anos predominou, com um total de 30,4% das respostas. Em segundo lugar, aparece a faixa etária entre 43 e 46 anos, com 17,4%. Apenas uma trabalhadora respondeu que tinha 18 anos de idade (Figura 1).

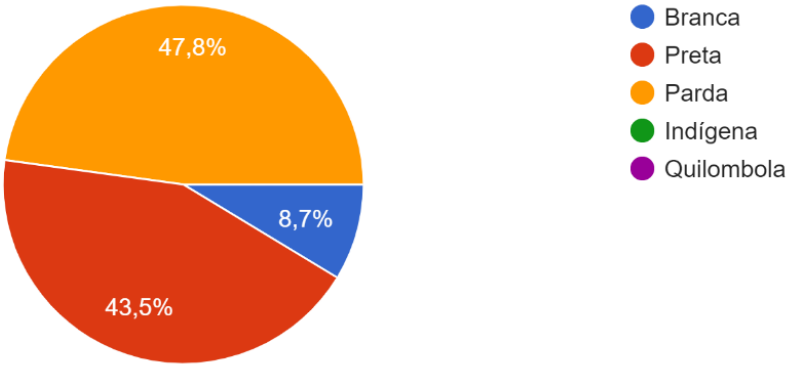
FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DAS TRABALHADORAS



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Com relação à cor/etnia, vimos que 47,8% do total de respondentes se identifica como pardas, e 43,5%, como pretas (Figura 2). Verificamos um número bem menor de trabalhadoras brancas, com apenas 8,7% do total de respostas, dado já esperado, uma vez que os dados gerais sobre a categoria, em nível nacional, mostram predominância de pardas e pretas entre as trabalhadoras domésticas.

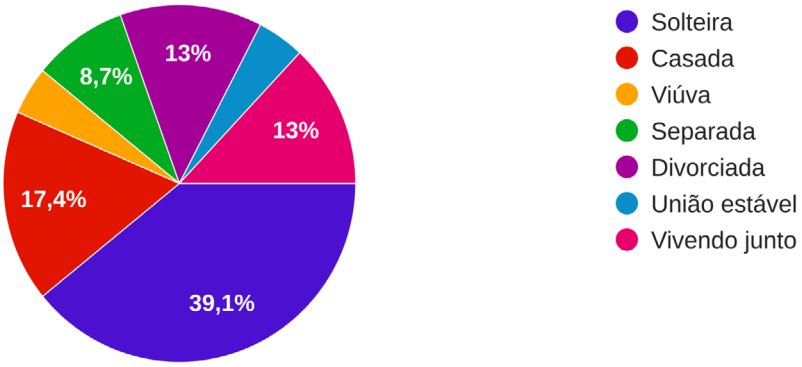
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA COR E ETNIA



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Vimos também que a maioria das trabalhadoras é solteira, com uma representação de 39,1%, ao passo que aquelas declaradas casadas representam um percentual de 17,4%. Além disso, verificamos que 13% são divorciadas e 13% declaram que estão vivendo com seus companheiros (Figura 3). Houve também registro de trabalhadoras que são viúvas, separadas e que vivem em união estável. Na questão sobre identidade de gênero, vimos que todas se identificam com o gênero feminino.

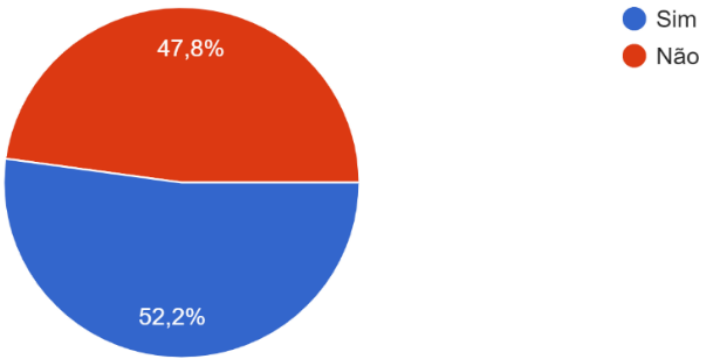
FIGURA 3 – ESTADO CIVIL DAS TRABALHADORAS



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Muitas delas abandonaram seus estudos logo cedo. Vimos que a maioria das respondentes (36,4%) tem ensino médio completo, com 31,8% tendo o ensino fundamental incompleto. Vimos também que 4,5% delas não conseguiram frequentar a escola. Entre os motivos relatados pelas trabalhadoras que acabaram influenciando para que deixassem de estudar, destacam-se a gravidez e a necessidade de obter renda para ajudar nas despesas de seus lares. Além disso, algumas trabalhadoras relatam que os trabalhos de cuidados com a família não permitiram que concluíssem os estudos. Contudo, ao perguntarmos se elas gostariam de voltar a estudar, 52,2% responderam que sim, que gostariam de retornar aos estudos (Figura 4), sendo este um aspecto importante a ser considerado futuramente.

FIGURA 4 – INTERESSE EM VOLTAR A ESTUDAR



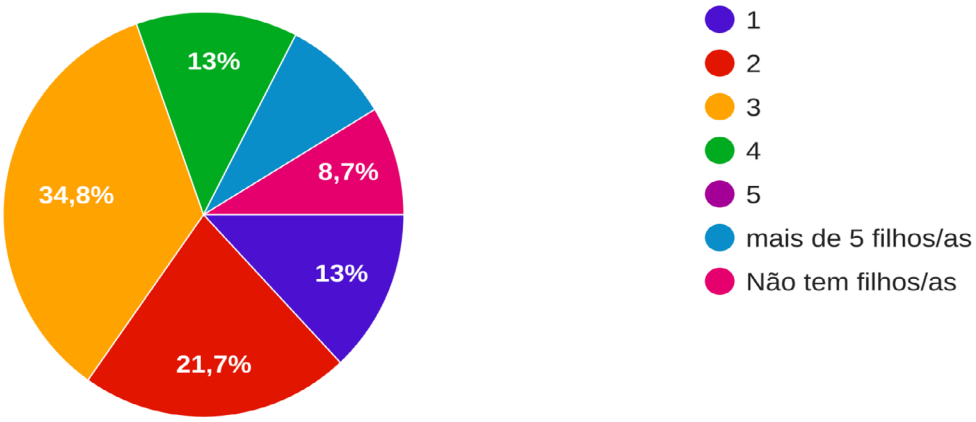
Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Verificamos também o nível de instrução dos/das pais/mães das trabalhadoras, constatando que, de certa forma, elas reproduzem a escolaridade que seus/suas pais/mães tiveram

– com alguma melhoria –, uma vez que 52,2% das mães e 56,5% dos pais das trabalhadoras não concluíram o ensino fundamental. O percentual de pais/mães que não frequentaram a escola também se destaca, sendo 30,4% das mães e 34,8% dos pais das entrevistadas.

Na análise sobre a composição da família, vimos que 34,8% das respondentes têm três filhos; 21,7% têm dois; 13% têm quatro; 13%, um; e duas delas têm mais de cinco filhos (Figura 5).

FIGURA 5 – NÚMERO DE FILHOS DAS TRABALHADORAS



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Além disso, verificamos um dado surpreendente: 26,1% informam que têm filhos ou familiares com problemas sérios de saúde ou deficiência comprovada, como autismo, problemas cardíacos, microcefalia, paralisia cerebral e deficiência visual.

5 TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DAS TRABALHADORAS

Na segunda parte da pesquisa, investigamos questões qualitativas sobre inserção no trabalho doméstico e trajetória ocupacional. Com base nas respostas, observa-se que muitas das trabalhadoras iniciaram na atividade de trabalho doméstico e de cuidados ainda na infância (na condição de trabalho infantil, atualmente proibido pela Lei Complementar 150/2015). Algumas iam acompanhar e ajudar suas mães no trabalho doméstico e foram adquirindo experiência. Outras começaram em outras atividades, como é o caso de catadoras de materiais recicláveis, mas depois migraram para o trabalho doméstico, sendo que, em alguns casos, uma atividade complementa a outra. A seguir, apresentamos alguns depoimentos das trabalhadoras sobre a idade de início na atividade de trabalhadora doméstica. Em vários casos, temos situações de trabalho infantil, ou seja, algumas entrevistadas começaram nas atividades domésticas ainda com 8, 9, 10, 11, 12 anos de idade, conforme pode ser conferido nos depoimentos a seguir.

> Comecei a trabalhar em casa de família aos 8 anos de idade; foi difícil ter que trabalhar quando criança, o emprego atual está sendo bom (Margarida).

> Comecei com 10 anos trabalhava pela comida pois passava muita necessidade, depois fui pra outra casa onde trabalhei por 2 anos, recebia salário, depois fui trabalhar em outra casa em Brasília por mais 2 anos. Lá ajudei minha mãe a comprar a casa dela e os donos da casa me tratavam muito bem. Depois vim pra Campina Grande e comecei a trabalhar nessa casa e continuo até hoje. Faz quase 30 anos que trabalho nessa casa e a patroa é uma verdadeira mãe melhor pessoa que conheço (Girassol).

> Eu comecei brincando com filho da comadre da minha mãe. Uns dois anos depois eu já passei a cuidar dele e ter uma responsabilidade e o compromisso de estar lá. Depois que eu chegava da escola eu ia pra lá cuidar do menino mesmo (Cravo).
>
> Comecei com 10 anos de idade vendendo comidas típica para ajudar nas despesas de casa que era só eu minha mãe e meu irmão e depois trabalhei em outros setores e hoje sou trabalhadora doméstica (Rosa).
>
> Com 12 anos comecei a trabalhar cuidando de criança e desde então não paro, sempre fazendo um bico e outro já trabalhei de carteira assinada mais no momento estou apenas em bicos semanais quando tem (Violeta).
>
> Com 12 anos, começando tomando conta de um bebê depois arrumar casa parei pra estudar. Depois de adulta fiquei fazendo só faxina começo nos afazeres de sete até meio dia (Orquídea).
>
> Inicie com 16 anos, muito dura aprendi de tudo um pouco, já trabalhei como faxineira, catadora de reciclagem, diarista, cuidadora de idosos (Lírio).
>
> Com 17 anos, sou cuidadora de idosos, fico de 7:00 da manhã até as 19:00 da noite ou até mesmo durmo lá (Tulipa).
>
> Eu comecei com 18 anos, em casa de família. Aí nessa casa de família, eu fazia de tudo dentro do lar, de cozinhar, arrumava casa, cozinhava, lavava roupa (Lavanda).

Em seguida, analisamos como é a jornada de um dia das participantes, desde quando acordam até a hora de dormir. Vimos que é bem comum elas acordarem bem cedo, adiantarem algumas atividades de cuidados em suas casas para depois seguirem para o trabalho remunerado fora de casa, como diaristas. Vimos que as atividades de trabalho produtivo e reprodutivo se misturam, assim como as atividades de trabalho doméstico e trabalho de cuidados, o que acaba intensificando as jornadas de trabalho das mulheres, bem como suas responsabilidades.

> Eu acordo 05h30. Aí eu desço para fazer o café para colocar no fogo aí e vou estender os panos que eu tenho lavado durante a noite, acordo a menina pra ir a escola. Aí vou ajeitando algumas coisas em casa, adiantando algumas coisas para deixar para o meu marido fazer e saio de casa umas 06h30 para chegar lá 7:30 no serviço e fico até umas 03h30 da tarde. Aí quando tem alguma pessoa agendada para a associação venho senão vou para alguma reunião. Ou alguma outra atividade vou fazer um extra (Rosa).
>
> Acordo e vou cuidar do idoso, levo ele no banheiro, faço a comida dele durante a manhã, pela tarde dou banho ajeito o lanche e quando chega a noite durmo com ele (Cravo).
>
> Acordo as 6 horas, faço café, esquento a comida que fiz a noite anterior, tomo banho, me ajeito e vou ajeitar meu filho para ir pra creche, depois eu sigo a pé para o trabalho, chegando faço café, vou arrumar a cozinha, depois vou lavar roupa e estender logo então seguida vou arrumar todo o apartamento vou almoçar volto pra arrumar a cozinha aí vou apanhar as roupas dobrar guardar e fazer algumas coisas que o patrão pede pra fazer tipo limpar as grades, portas, pegar mercadorias do correio e saio as 16h e vou direto pegar filho na creche. Chego em casa, vou arrumar meu filho e começar a rotina de casa, fazer janta, preparar almoço do outro dia e arrumar a casa todas e tomar banho e cair na cama (Margarida).
>
> Acordo às 4h da manhã preparo o meu café e me alongo e saio as 5h pra correr e volto as 5:40, tomo banho, tomo café e saio pro trabalho. Às 6:10 chego no trabalho 6:25 minutos varo a frente, lavo a louça do jantar e subo pra arrumar um quarto e lavar o banheiro depois desço pra fazer o almoço depois do almoço arrumo a cozinha passo o pano todos os dias na cozinha e vou embora (Lírio).

> Me acordo às 05:30 faço minhas rotinas matinais saio em seguida pra dá a medicação do idoso que cuido, depois da medicação varro a casa dele, lavo as roupas volto pra casa, faço o almoço, ajeito meus filhos pra ir à escola, almoço e descanso por 30 minutos, depois do descanso volto na casa do idoso para o medicar novamente ajeitar a janta dele. Volto pra casa arrumo as coisas médico minha filha e meu esposo e jantamos e vamos dormir (Violeta).

> Acordo às 5h da manhã aí deixo minha neta que dorme comigo na casa da mãe e sigo para o trabalho. Chego as 7h e vou lavar o quintal pra limpar as sujeiras do cachorro depois lavo a louça suja seco e guardo aí tomo café e vou arrumar a casa aí às 10h coloco o almoço no fogo, as 11h mando as duas crianças tomarem banho pra se arrumar pra almoçar. Depois almoço e vou arrumar a cozinha aí saio pra ir pra casa quase duas da tarde quando chego em casa tomo banho e de 4h vou buscar minha neta na creche. Em seguida tomo banho de novo e vou pra escola estudar e volto umas 21:40h pra casa, escovo os dentes e vou dormir com minha neta, no meu quarto (Lírio).

Dando continuidade, analisamos os principais problemas enfrentados pelas trabalhadoras no dia a dia de trabalho. Dessa forma, podemos destacar os problemas que foram mais mencionados, como: atraso do pagamento; transporte público que não tem horário certo de passar, com superlotação e passagem cara; e patrão que não quer pagar as passagens. Vejamos nas palavras das trabalhadoras:

> A questão da diária que não justa. As múltiplas funções que a gente faz, lá dentro da casa. São várias etapas, várias coisas que a gente vai fazendo e termina ficando sobrecarregada, cansada, né? E quando chega em casa tem que fazer quase a mesma coisa (Rosa).

> Depender de ônibus, porque a distância é grande e eu preciso pegar dois ônibus e ele demora em torno de uma hora e as vezes até mais de uma hora (Violeta).

> Enfrentar uma das patroas que queria me fazer de tola (Margarida).

> Atraso do pagamento (Lírio).

> Às vezes problema de executar o trabalho porque tem patrão que não quer pagar as passagens (Lavanda).

> Falta de apoio, muita das vezes não tenho alguém que me explique ou me oriente o que é pra fazer, como não sei ler e escrever direito isso dificulta um pouco (Orquídea).

Foi questionado também se as trabalhadoras já haviam passado algum tempo desempregadas. Nesse sentido, vimos que algumas ficaram algum tempo sem emprego e, durante esse período, sobreviveram com o auxílio do Bolsa Família. Durante a pandemia, foi bem comum o desligamento das atividades domésticas por parte das patroas, uma vez que muitas ficaram com medo de que as trabalhadoras trouxessem o coronavírus para dentro de suas casas. Cabe ressaltar que a maioria das trabalhadoras não tem um emprego formal, com carteira assinada, ou seja, a maioria das entrevistadas é composta por diaristas que trabalham entre um e três dias na semana. Foi possível identificar que as participantes estão com dificuldade de conseguir um emprego formal, mesmo com longa experiência no trabalho doméstico.

> Eu passei mais tempo desempregada, foi quando sofri um assédio. Aí eu fiquei com medo de ir trabalhar novamente e eu me mantive, me mantinha com a ajuda da minha avó, dos meus avós com que eu fui criada (Margarida).

Em termos mais gerais, podemos dizer que a trajetória laboral da maioria delas é marcada por períodos de desemprego e informalidade nas relações de trabalho, o que gera muitas incertezas quanto ao futuro ocupacional. Algumas relataram que têm filhos ou netos autistas ou com outros tipos de deficiência, o que dificulta ainda mais a entrada no mercado de trabalho formal. Além disso, muitas alegam que sentem falta de cursos profissionalizantes, pois gostariam de mudar de atividade ocupacional.

Entre os cursos citados, temos: cabeleireira, manicure, crochê ou outras atividades manuais ligadas ao artesanato, costureira, atendente no comércio e no caixa, confeitaria, culinária, auxiliar de cozinha, maquiagem, primeiros socorros e enfermagem. Além desses, algumas relataram que gostariam de se profissionalizar em computação e auxiliar de escritório, bem como houve quem relatasse que gostaria de ter um negócio próprio, o qual aparece como sonho a ser perseguido.

Como podemos observar, a maioria dos cursos profissionalizantes citados pelas trabalhadoras domésticas está relacionada ao trabalho reprodutivo e de cuidados de outras pessoas, seja na área da beleza e estética, seja na área da saúde e alimentação.

Outra questão investigada foi sobre assédio moral e sexual ou outros tipos de humilhações e preconceitos no ambiente de trabalho. Nesse sentido, tivemos alguns depoimentos marcantes, como este:

> Porque eu na época eu não sabia que eu…. Eu não entendia, não tinha o conhecimento que era vítima. Então, pelo que aconteceu o fato que aconteceu e eu achei que eu estava sendo a algoz, quem fez aquele mal? Eu não tenho conhecimento. Então, por medo tanto do que do fato ocorrido depois, no caso, quando. Quando eu fui estuprada pelo patrão que não tinha o conhecimento do que fazer. Nem meus avós também não tinham e me colocaram no canto para que eu ficasse escondida… Para evitar represália ou que alguma coisa assim. Depois de quatro anos foi que eu voltei como diarista (Margarida).

Vimos no depoimento acima o quanto a violência sexual impacta a vida de uma mulher. No caso de Margarida, ela ficou quatro anos sem querer trabalhar como doméstica, por medo de outra vez ser violentada sexualmente. Segundo ela relata, *"era como que eu fosse a culpada. Foi por causa de mim que aconteceu aquilo"* (Margarida). A mulher que enfrenta esse tipo de violência tem sua vida marcada para sempre, e muitas desenvolvem depressão e ansiedade, apresentando medo de ter um relacionamento.

Além disso, foram relatados assédios morais vivenciados no cotidiano de trabalho, por exemplo: *"Vai junto, tu é burra"* ou, ainda, *"tu não consegues, porque tu é gorda demais"* (Violeta). *"Era assim, todo dia, todo dia ela dizia a mesma coisa que eu já sabia o que era pra eu fazer. Ela pegava muito no pé, era muito exigente, eu fazia uma coisa, ela ia ver se estava bem-feito. Era e daí se torna bem cansativo"* (Lírio). Obtivemos também relatos de que seus empregadores não permitem que utilizem o sofá nem façam as refeições nos mesmos horário e local em que eles fazem.

Vimos que a maioria das trabalhadoras é responsável pelas atividades reprodutivas de suas casas, ou seja, tem duplas jornadas de trabalho, além dos cuidados com os filhos e demais familiares. Aquelas que têm filhos ou netos com deficiência enfrentam dificuldades ainda maiores, por causa do tempo de dedicação e da falta de condições financeiras para levá-los aos tratamentos com fisioterapia, fonoaudiólogos, entre outros. Além disso, vale salientar que a maioria delas é responsável pela principal fonte de renda de suas famílias.

Por fim, questionamos sobre os sonhos que ainda pretendem realizar. Nesse sentido, vimos que algumas não responderam, como se na vida delas não houvesse mais espaço para sonhos. Nas respostas de algumas, vimos que o sonho está ligado a melhores condições de vida, como possuir uma casa própria, viajar, estudar, ter uma profissão, poder ajudar a família, ter um negócio próprio, que os direitos das trabalhadoras domésticas sejam respeitados, que os filhos estudem e sejam honestos. A seguir, registramos alguns depoimentos das trabalhadoras que responderam:

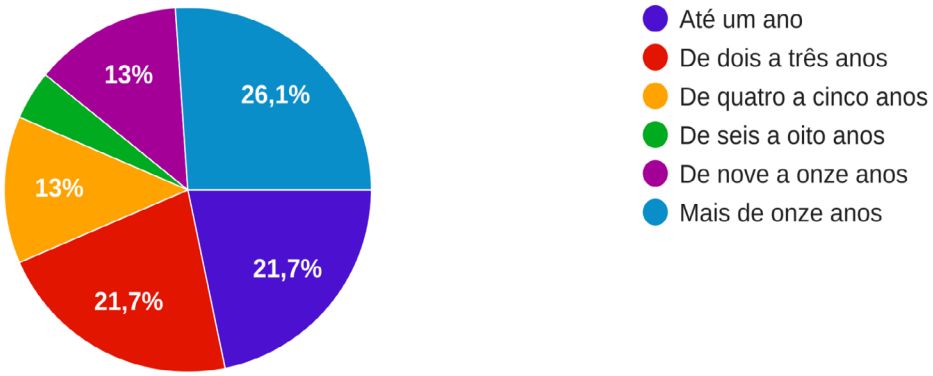
> O sonho que eu tenho é de dar uma vida melhor a meus filhos e uma vida melhor; certo que a vida que eles vivem não é ruim não, mas eu queria dar uma coisa melhor (Margarida).
>
> São tantos sonhos… tenho vontade de conhecer Bahia. E que minha filha cresça, faça uma faculdade, tá entendendo. E que ela siga o que ela quer fazer da vida. Assim, se ela quer fazer, como é que se diz engenharia e medicina? (Violeta).
>
> Sair de um apartamento pra mora em uma casa porque tenho filho autista (Lavanda).
>
> Viajar, conhecer lugares diferentes, que ainda não conheço (Rosa).
>
> Me aposentar, porque estou com problemas de saúde (Cravo).
>
> Que os direitos das trabalhadoras domésticas sejam válidos como qualquer outro (Hortência).
>
> Ter meu próprio salão de beleza (Tulipa).
>
> Que meus filhos sejam pessoas honestas (Girassol)
>
> Ser formada em Direito e ajudar meus pais (Violeta).

Com base na análise das trajetórias das trabalhadoras, podemos verificar as dificuldades que elas estão vivenciando. Chamaram-nos a atenção a força e a coragem dessas mulheres em suas lutas diárias, bem como o discernimento quanto à importância das lutas para a garantia de direitos. Com certeza, essa é uma das consequências da participação na Associação e no sindicato da categoria. Cabe destacar, também, a importância das ações que vêm sendo desenvolvidas pelas assessoras de educação popular do Centro de Ação Cultural (Centrac), bem como pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), que desenvolve muitas atividades de conscientização com as trabalhadoras, algumas, inclusive, internacionais.

6 CONDIÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

A primeira questão desta seção buscou levantar informações sobre o tempo de duração da empregabilidade das trabalhadoras domésticas enquanto mensalistas ou diaristas (Figura 6). Assim, vimos que um total de 26,1% está há mais de onze anos trabalhando nessa atividade. Seguindo nesse contexto, houve um empate técnico, em que 21,7% declararam que atuam há menos de um ano como trabalhadoras domésticas e 21,7% declararam que atuam entre dois e três anos. Entretanto, 13% das respondentes informaram que trabalham de quatro a cinco anos, e as demais 13% trabalham de nove a onze anos na função.

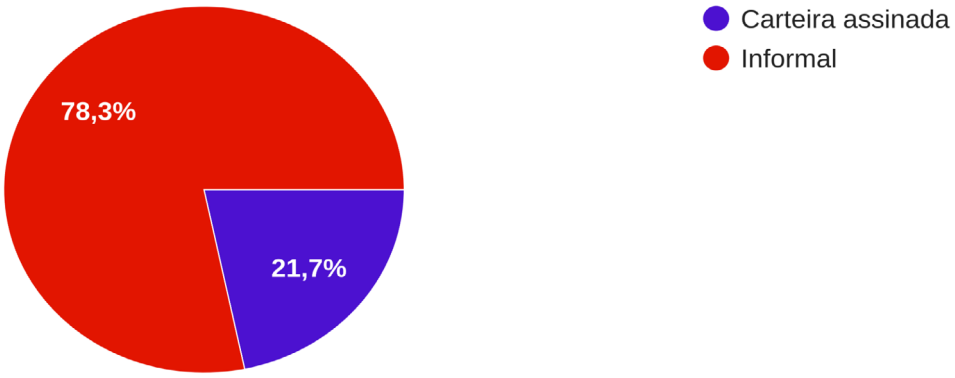
FIGURA 6 – TEMPO DE TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Nessa mesma ordem, outro norteador consubstancial é o registro do trabalho formal (com carteira assinada, que garante amparo de direitos) ou informal, que consiste no desenvolvimento de qualquer atividade remunerada, entretanto sem vínculo empregatício, isto é, como trabalhadora autônoma (Figura 7). Verificamos que 21,7% das respondentes disseram trabalhar com suas respectivas carteiras assinadas. Em contrapartida, 78,3% delas estão trabalhando na informalidade, sem direito a férias, décimo terceiro, previdência social (se não contribuem como autônomas para o Instituto Nacional do Seguro Social [INSS]), seguro-desemprego, entre outros direitos trabalhistas e previdenciários.

FIGURA 7 – TIPO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO



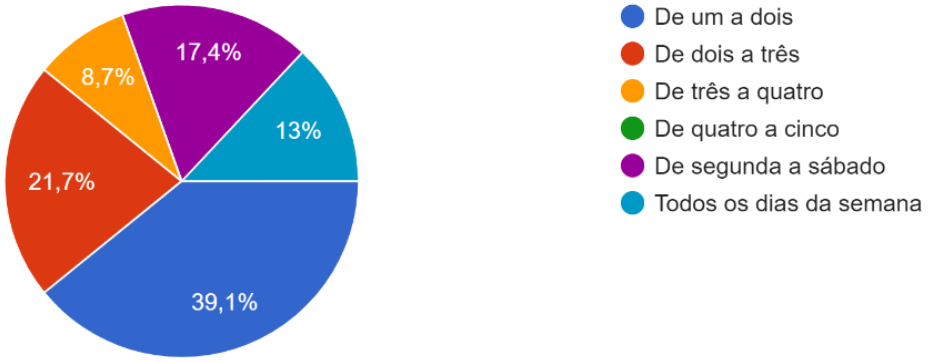
Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Constata-se que, mesmo havendo uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que se tornou a Emenda Constitucional 72/2013, muitas trabalhadoras continuam na informalidade, sendo elevado o percentual de mulheres pretas e pardas nessa condição, confirmando dados estatísticos divulgados em relatório de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), que apresenta um total de 5,8 milhões de pessoas ocupadas com trabalho doméstico, o que representa 5,9% da população ocupada, sendo 91,4% mulheres. Entre essa população, tem-se um total de 67,3% de pessoas negras e 32,7% de pessoas não negras.

Na variável jornada de trabalho (Figura 8), verificamos amplas diversificação e flexibilização de dias trabalhados. Por exemplo, 39,1% trabalham de um a dois dias na semana,

ao passo que 21,7% trabalham de dois a três dias na semana. No entanto, aquelas que trabalham de segunda a sábado somam um percentual de 17,4% das respondentes, e 13% disseram que trabalham todos os dias da semana. Observamos, ainda, que um percentual de 8,7% das entrevistadas informou que trabalha de três a quatro dias da semana como diarista.

FIGURA 8 – DIAS DA SEMANA EM QUE TRABALHA



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

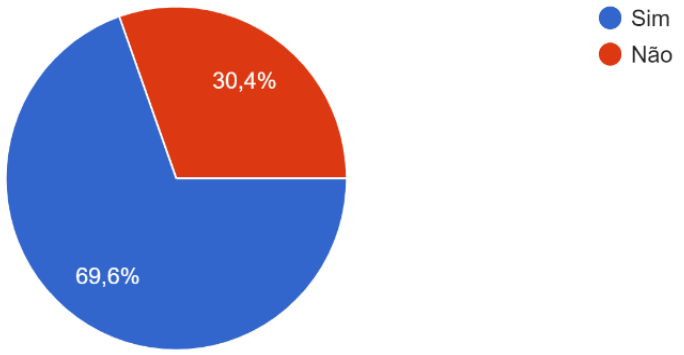
Com relação à carga horária de trabalho, observamos que 13% das respondentes trabalham cerca de oito horas diárias. As demais trabalham, em média, quatro horas diárias. Quando perguntadas sobre o horário de chegada ao trabalho, as respostas foram variadas: três das respondentes declararam chegar ao trabalho por volta das 6h20; outras seis delas afirmaram chegar ao serviço às 7h; e três chegam ao trabalho às 8h. Paralelamente, as demais labutam em horários alternados e diferentes. Por exemplo, uma chega às 12h e outra respondeu que chega às 5h.

Em relação ao horário de saída dos respectivos trabalhos, a maioria informou que sai às 16h; no entanto, outras disseram sair às 17h; e outras alegaram encerrar seus expedientes por volta das 18h. Nesse sentido, é importante salientar que geralmente as trabalhadoras domésticas têm um horário certo para chegar ao trabalho, mas ultrapassam a jornada de trabalho, pois, na maioria das vezes, não existe um horário definido para a saída, uma vez que este depende do horário em que terminam todos os serviços domésticos. Assim, as trabalhadoras que são vinculadas ao emprego formal ganham por essas horas extras para complementar suas rendas, mas aquelas que são informais, ou seja, a maioria das respondentes, não recebem remuneração alguma pelo prolongamento de suas jornadas de trabalho.

Em relação à renda líquida mensal, vimos que 8,7% das respondentes alegaram receber aproximadamente R$ 400 por mês. Nessa questão, outras responderam ganhar um salário mínimo. Outras recebem R$ 100 por faxina, o equivalente a 4,3%. Além disso, uma ampla maioria alegou que sua fonte de renda é a principal da casa (69,6%), em contraposição aos 30,4% que responderam que sua fonte de renda não é a primordial em sua família (Figura 9). Assim, 18,2% disseram que a principal fonte de proventos advém do Programa Bolsa Família, programa de assistência social de garantia de renda mínima para famílias em situação de pobreza, concedido pelo governo federal. Na mesma esfera, tem-se um percentual de 18,2% que alegou que a renda principal vem do trabalho próprio, como doméstica, e 9,1% relataram que vem do/a companheiro/a. Ainda quanto à fonte de renda, 60,9% confirmaram serem beneficiadas com ajuda governamental, sendo 50% assistidas pelo Bolsa Família, 7,1% declararam receber

auxílio emergencial (que teve vigência entre abril e dezembro de 2020), benefício de filho/a, e 39,1% sinalizaram não ter acesso a nenhum benefício social.

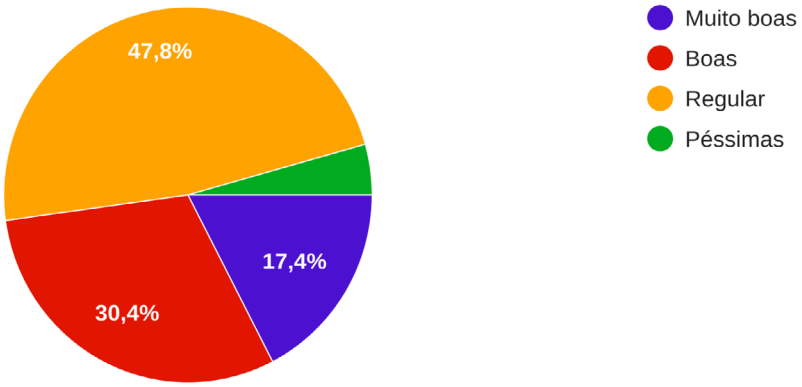
FIGURA 9 – SUA RENDA É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DA FAMÍLIA?



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quanto à dedicação a outras ocupações/empregos remunerados, verificamos que 87% declararam não manter outros vínculos de trabalho. No entanto, 13% alegaram ter mais de uma ocupação. Entre aquelas que responderam sim, somam-se atividades autônomas, como faxina e coleta de materiais recicláveis, ou até mesmo a atuação voluntária em plantões na Associação. Também foi avaliado o relacionamento no ambiente de trabalho remunerado, sendo que 47,8% das participantes o consideram regular, 30,4% o avaliam como bom e, por último, 17,4% declaram que as relações com as patroas são muito boas (Figura 10).

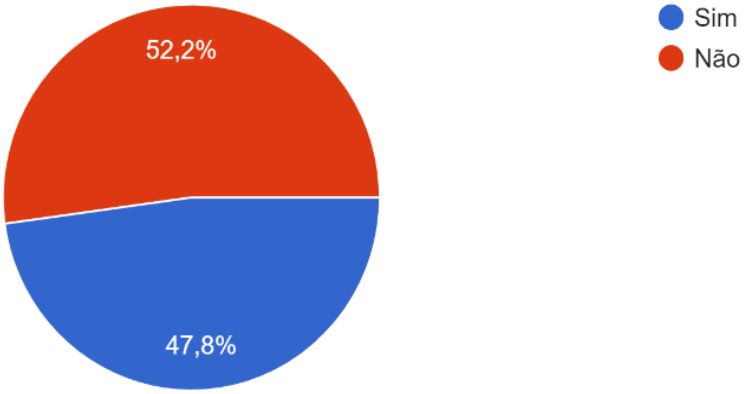
FIGURA 10 – CONDIÇÕES DO TRABALHO REMUNERADO



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Com relação à experiência com trabalho formal, com a carteira de trabalho assinada, vimos que um total de 52,2% alegou nunca ter trabalhado com carteira, ou seja, sempre trabalhou informalmente, sem nenhum tipo de direito trabalhista (Figura 11). Por outro lado, 47,8% das entrevistadas alegaram já ter trabalhado com carteira de trabalho assinada, tendo direitos como décimo terceiro salário, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como o pagamento ao INSS.

FIGURA 11 – VÍNCULO DE TRABALHO FORMAL DE TRABALHO



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Por último, foi levantada a questão sobre a ocupação em que as participantes trabalhavam antes de serem domésticas. Vimos que 10% das respondentes informaram que já realizavam atividades ligadas aos cuidados domésticos do lar, e 5% alegaram que trabalharam como catadoras de materiais recicláveis, agricultoras, organizadoras de bufê, revendedoras de cosméticos e em serviços gerais.

Assim, foram conferidas todas as arguições desta seção, que trata das condições de trabalho remunerado (fora de casa), como jornadas de trabalho, tipo de vínculo empregatício e relações entre empregado e empregador e ambiente de trabalho.

Observa-se, nos depoimentos das trabalhadoras, um orgulho da experiência na militância na Associação e no sindicato, o que, segundo elas, permite ter uma maior compreensão da vida de trabalhadora doméstica e das conquistas da categoria. Mesmo com algumas dificuldades na vida familiar, que impossibilitam o trabalho de doméstica diariamente, vimos que muitas se sentem felizes com suas conquistas e entendem a importância de lutar sempre mais por seus direitos, por meio de formações e militância na Associação.

Como vimos, a precarização do trabalho doméstico remunerado envolve baixos salários, carga horárias extensas, ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, além de toda uma condição de violência psicológica e moral. As trabalhadoras domésticas, por necessidade de sobrevivência familiar, acabam se submetendo às relações de trabalho que ferem diretamente a dignidade humana, sendo desumanamente marcadas por violências várias. Diante das condições financeiras, das baixas escolaridade e profissionalização, a maioria não consegue sair das relações de trabalhos precários.

7 7 DESIGUALDADES DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA

O objetivo deste item é refletir teoricamente sobre como as desigualdades de classe, gênero e raça se constituíram historicamente na sociedade e seus reflexos nos contextos atuais de precarização do trabalho, com foco específico na categoria das trabalhadoras domésticas, que são impactadas por pobreza, desvalorização, invisibilidade e vulnerabilidade social e econômica. Mediante estudo desses conceitos e de como eles se interrelacionam na realidade concreta da sociedade atual é que poderemos entender e explicar as inúmeras formas de violências e opressões relacionadas às mulheres.

Em primeiro lugar, podemos salientar que há uma economia doméstica organizada que sustenta a ordem patriarcal e uma hierarquia estabelecida com base nas distintas faixas etárias, cada uma desempenhando suas funções sociais e tendo certo significado. Bezerra, Corteletti e Araújo (2020, p. 6) salientam que

> O patriarcado não se configura como um sistema à parte do capitalismo, mas é um regime de dominação-exploração, intrinsecamente articulado com o capitalismo, os quais se fundiram historicamente numa simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, não sendo autônomos, muito menos interconexos, mas fazem parte do mesmo sistema. Ademais, o patriarcado é um caso específico das relações de gênero e sua constituição se dá no âmbito das relações de produção e na esfera pública (é uma relação civil).

Dessa forma, o patriarcado, por ser um sistema social de dominação-exploração masculina sobre as mulheres, expressa-se na organização da família, em que ocorre uma desvalorização das atividades de cuidados necessários para a reprodução social, com uma dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres, as quais não são reconhecidas nem valorizadas socialmente. O capitalismo sempre foi capaz de reforçar e reproduzir todas as desigualdades para fins de se reproduzir em suas diferentes formas, como aponta Federici (2017, p. 38), ao afirmar que

> O capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração. Esse processo segue desenvolvendo-se diante de nossos olhos, tal como se deu ao longo dos últimos quinhentos anos.

As mulheres, desde a gênese do capitalismo, sofrem discriminações e opressões, que se manifestam tanto na restrição ao acesso ao trabalho remunerado e digno quanto na apropriação de seus rendimentos pelos maridos, como evidenciado na obra *O patriarcado do salário* (Federici, 2023). Esse processo também está relacionado à exclusão das mulheres da vida pública e ao seu confinamento ao espaço privado, especialmente no período feudal, no qual eram isoladas em seus lares para desempenhar atividades relacionadas à reprodução social no trabalho doméstico não remunerado.

Desse modo, o capitalismo encarregou-se formalmente da regulação e da reprodução do trabalho, ampliando, assim, as formas de opressão e desigualdade, em função de sua própria reprodução. Com isso, a venda da força de trabalho das trabalhadoras domésticas e de cuidados em geral é desvalorizada desde o processo histórico escravocrata, que forjou a naturalização que esse trabalho sofreu por causa de sua condição não remunerada, explorado e compulsório, associando-o ao trabalho das mulheres. A autora Angela Davis (2017, p. 24), em sua obra *Mulher, raça e classe*, enfatiza que "as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas". As mulheres negras de classes populares construíram suas histórias de vida marcada pelas relações de trabalho fora de casa, desde o período escravocrata até a atualidade. "O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão" (Davis, 2017, p. 24). Esse padrão de trabalho precarizado e explorado perpetrou-se até os dias atuais.

Para a autora, o preconceito estrutural simplesmente ficou enraizado na sociedade capitalista, fortalecendo, assim, o descaso com o trabalho doméstico e reprodutivo que também impacta as trabalhadoras domésticas que sofrem com desigualdade salarial, trabalho descontínuo e parcial, trabalho informal, falta de acesso a políticas públicas voltadas à saúde, às creches, à educação, à moradia e ao transporte, como vimos nos resultados da pesquisa. No entanto, segundo Federici (2019), essa é a perspectiva mais radical que podemos adotar, porque, embora

possamos exigir creches, igualdade salarial, lavanderias gratuitas, nunca alcançaremos uma mudança real se não atacarmos diretamente a raiz dos papéis femininos, que foram construídos socialmente de base patriarcal e escravocrata.

No Brasil, após a abolição da escravatura, em 1888, mulheres e homens negros tiveram dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. Para as mulheres, como ressalta Leite (2023), essa inserção ocorreu principalmente por meio do trabalho do cuidado, em atividades domésticas. A autora ainda pontua:

> esse tipo de inserção no trabalho passará a orientar a entrada das mulheres em atividades relacionadas aos cuidados, de uma forma geral, com sérias repercussões nos modos de remuneração, na (des)valorização de seu trabalho e nos direitos a eles associados, bem como nas condições de trabalho, deixando a marca indelével da precariedade no trabalho feminino remunerado (Leite, 2023, p. 13).

De acordo com Hirata (2009), outra questão que precisa ser observada é a precarização em escala global do trabalho, sendo as mulheres as que mais sofrem com o trabalho precário, como é o caso do trabalho das diaristas, mensalistas do trabalho doméstico e de cuidados. Para Hirata, a questão das mulheres, enquanto trabalhadoras precarizadas, devem ser analisadas com mais profundidade, pois, mesmo em condição de trabalho regulamentado, elas sofrem com as injunções da sociedade capitalistas.

Portanto, o trabalho precário tem características específicas que podem diferenciar-se nos postos de trabalho, mas que geralmente apresentam condições semelhantes às descritas por Hirata (2009, p. 26):

> 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc.
>
> 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade;
>
> 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a consequente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego.

Hirata (2009) apresenta as condições de trabalho precarizado, como salários mais baixos e a falta de proteção de direitos ou de organização política, sendo essa prática mais comum em países de capitalismo periférico, que fortalecem a manutenção das desigualdades, pois empregam em subempregos uma população com maior contingente de mulheres negras e periféricas. Diante disso, as trabalhadoras domésticas remuneradas (mensalistas ou diaristas), no Brasil, mesmo com algumas garantias, ainda estão submetidas às desigualdades que são fortalecidas pelas contradições do capitalismo, como o avanço e acesso a alguns direitos básicos.

As condições supracitadas, de marginalização do trabalho feminino perante as funções produtivas, foram historicamente construídas e intensificadas na sociedade industrial capitalista, uma vez que, de acordo com Saffioti (1976), a sociedade capitalista, marcada pela lógica neoliberal e competitiva, acaba colocando obstáculos para realização plena das mulheres. Esses obstáculos têm raízes históricas escravocratas e patriarcais, mas também estruturais, que não garantem às mulheres o acesso a condições de trabalho digno que as ajudem a sair de situações precárias de vida.

Por fim, é importante ressaltar que as mulheres de classes populares sempre estiveram ligadas às atividades do trabalho fora de casa. Desde o período pré-capitalista, o trabalho feminino

esteve presente nas atividades agrícolas e extrativistas, e, a partir do período industrial, nas manufaturas, minas, lojas, mercados, estando a força de trabalho feminina em todas as formas de trabalho. Segundo Saffioti (1976, p. 17) “em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”. No entanto, ao longo da história social no Brasil, o trabalho feminino foi marginalizado nas funções produtivas, ocupando – a mulher – os trabalhos mais precários.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa foi uma ação que, em primeiro lugar, teve como objetivo apoiar a sociedade civil organizada na produção de conhecimentos aplicados aos problemas concretos de parcela historicamente marginalizada da sociedade brasileira, dado que as trabalhadoras domésticas no Brasil, como um todo, e em Campina Grande, enquanto recorte geográfico para as entrevistas, são majoritariamente mulheres negras, invisibilizadas em suas atividades produtivas e reprodutivas e em suas demandas por reconhecimento institucional e social.

Esta intervenção foi realizada em parceria com o Centrac, junto à Associação e ao Sindicado das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. A capacitação desses atores sociais em atividades de produção de dados sobre a realidade em que vivem é uma iniciativa de extensão universitária que, combinada com pesquisa, democratiza técnicas de produção de conhecimentos acadêmicos para que sejam apropriados por parcelas mais amplas da sociedade. Ação esta que atualmente é ainda mais relevante, em que a ciência tem sido combatida pelos setores econômicos neoliberais e pela parcela mais conservadora da sociedade, sendo estes os mesmos setores que demonizam a ampliação de direitos sociais para as trabalhadoras domésticas.

Por meio desta pesquisa, vimos que, em termos de maior representatividade, as trabalhadoras domésticas que participaram do estudo têm entre 31 e 34 anos de idade, se identificam como negras ou pardas, são solteiras, com o ensino médio completo e fundamental incompleto, de forma mais ou menos equilibrada, havendo ocorrência de quem não teve a oportunidade de frequentar escolas. Aquelas que têm filhos, têm em média três filhos cada uma, sendo que a maioria delas depende de parentes, amigas ou vizinhas para cuidar dos filhos enquanto trabalham como diaristas remuneradas ou com carteira assinada como trabalhadora doméstica.

As trabalhadoras que participaram da pesquisa têm suas trajetórias marcadas pela vulnerabilidade social e violências de gênero, classe e raça. Muitas começaram a trabalhar na atividade ainda na infância e/ou adolescência, quando acompanhavam suas mães que também eram trabalhadoras domésticas. Nos depoimentos colhidos nas entrevistas, constatamos o caso de uma trabalhadora que sofreu abuso sexual e ficou quatro anos sem conseguir sair de casa para trabalhar, por causa do medo de enfrentar novamente a situação.

O trabalho doméstico, como categoria social de análise, reflete um cenário recente, uma vez que, historicamente, essa atividade esteve inoperante em função da herança patriarcal, que relaciona o trabalho das mulheres com as atividades reprodutivas de cuidados com a casa, com os filhos e demais familiares, o que gerou grandes impactos na vida das trabalhadoras domésticas e das mulheres em geral, principalmente as mulheres negras, que são as mais atingidas nesse processo, por causa das heranças escravocratas que ainda persistem nos contextos atuais.

Como vimos na pesquisa, o trabalho doméstico é uma ocupação marcada por elevada informalidade nas relações de trabalho, com baixa regulamentação, em que pese a longa trajetória de luta da categoria por equiparação de direitos trabalhistas e previdenciários. Dessa forma, a vida dessas trabalhadoras é marcada por incertezas e instabilidades financeiras, pois estão vulneráveis à perda de seus meios de subsistência, o que pode ocorrer a qualquer momento, uma vez que empregadoras/res podem substituí-las sem custos adicionais.

Foi possível observar que as trabalhadoras que são sindicalizadas e vinculadas à ATDCG seguidamente necessitam do apoio emocional e financeiro por parte da associação, a qual funciona também como uma rede de orientações/instruções. Durante a pandemia da Covid-19, muitas ficaram desempregadas e encontraram na Associação um ponto de apoio para enfrentar o momento de crise, por meio de orientação e conscientização sobre cuidados com a higiene, uso de máscaras e, também, esclarecimentos para o recebimento do auxílio emergencial, além da oferta de cestas de alimentos e material de limpeza e higiene para aquelas que foram dispensadas de seus empregos (formais ou informais) e ficaram sem fonte de renda no período mais crítico de isolamento físico.

Nesse sentido, observamos que a ATDCG contribui para a conscientização de classe dessas trabalhadoras na defesa de seus interesses coletivos, o que se reflete em organização e ação político-sociais. Ademais, busca dar suporte por meio do acolhimento, fortalecendo laços de amizade por meio de encontros de lazer e reuniões para discussões sobre formação política e cidadania e, em especial, sobre seus direitos como trabalhadoras e como mulheres.

Dessa forma, pudemos constatar a importância de uma maior atenção do poder público municipal na melhoria e no acesso a políticas públicas que melhorem a oferta de creches nas regiões periféricas da cidade, para que as trabalhadoras possam deixar seus filhos e filhas em segurança enquanto trabalham. Além disso, torna-se necessário melhorar as condições do transporte público, de acesso à educação formal e qualificação continuada, saúde e habitação, bem como assistência para aquelas trabalhadoras em situação de maior vulnerabilidade.

Cabe salientar que as trabalhadoras domésticas, mesmo tendo lutado e conquistado alguns direitos básicos por meio da Emenda Constitucional 72/2013 e da Lei Complementar 150/2015, como a garantia de direito a férias, pagamento de horas-extras, seguro-desemprego, décimo terceiro e de fortalecimento da proteção contra práticas discriminatórias e violências nos ambientes de trabalho, continuam sofrendo diversas formas de assédio moral, humilhações, preconceitos, racismo e precariedade laboral, por causa da intensificação do trabalho provocada pela dupla jornada (trabalho dentro e fora de casa), somada a situações de desvalorização, discriminação e violência no trabalho, que resultam em muitos problemas físicos e mentais, como lesão por esforço repetitivo, estresse, depressão e ansiedade. Portanto, torna-se indispensável politizar o espaço privado e, assim, cada vez mais trazer para a esfera pública a responsabilização dos entes públicos pelas melhorias trabalhistas para essa categoria.

REFERÊNCIAS

BARBETA, Pedro Alberto. *Estatísticas aplicada às Ciências S*ociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

BEZERRA, Elaine; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria. Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do nordeste. Caderno CRH, Salvador, v. 33, p. 01 – 20, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/DV7yPJZn8QgZXcKYPtTk8jh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 02 mar. 2024.

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. O Patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Revista Crítica Marxista, São Paulo, n. 56, p. 119 – 122, 2023.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Sociologias, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html. Acesso em 10 abr. 2024.

LEITE, Márcia. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. In: Revista Contemporânea, Florianópolis, v. 13, n. 1 p. 11-32, jan./abr. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade; prefácio de Antônio Candido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.